

## CONCEPÇÕES DE MUNDO VEICULADAS NO ENSINO DE HISTÓRIA DO CURSO GINASIAL EM MINAS: 1954-1964

*Silma do Carmos Nunes\**

**Resumo:** Este artigo busca discutir as concepções de mundo veiculadas no ensino de História no estado de Minas Gerais no período de 1954-1964, no antigo Curso Ginásial, hoje, 5ª a 8ª séries do 1º grau. Procura mostrar também as suas relações e influências no ensino de História do referido Estado em épocas posteriores, inclusive nos dias de hoje. Pesquisa recente revelou que aquelas concepções de mundo caracterizaram-se por serem tradicionais, conservadoras e liberal-burguesas, o que aqui se pretendeu investigar.

**Abstract:** This article has an aim of discussing the conception of the world in History teaching in the state of Minas Gerais from 1954 to 1964, at the old "Curso Ginásial" which is now grades "5ª, 6ª, 7ª and 8ª" of "1º grau".

It also tries to show its relations and influences of History teaching in Minas Gerais afterwards up to nowadays. Recent researches revealed that those conceptions were characterized as being traditional and conservative, and this was what we intended to discuss here.

### INTRODUÇÃO

Em período mais recente, o ensino de História vem sendo discutido em Minas Gerais. Essa é uma discussão também nacional, abordada nos últimos anos e que tem procurado novas alternativas para o referido ensino.

As discussões acerca do assunto, em Minas Gerais, têm sido realizadas pelos professores que lidam com o ensino da História na sala de aula e por pesquisadores da História e da Educação, embora estes últimos sejam em número reduzido, no caso específico de Minas Gerais. Também na esfera governamental, através da Secretaria de Estado da Educação, essas discussões têm ocorrido principalmente a partir de 1985, quando se pretendeu reformular os currículos e programas de História (e de outras disciplinas escolares).

---

\* Professora da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia.

Apesar das discussões e de todos os esforços dispendidos visando modificar o ensino de História, na prática pouco se tem conseguido nesse sentido. Mesmo quando se pretendeu elaborar uma nova proposta oficial de ensino de História (1986), cujo eixo teórico-metodológico fosse capaz de romper com a História tradicional, de tendência positivista, isso quase não ocorreu.

As dificuldades encontradas para implementar uma outra proposta de ensino de História que fugisse ao esquema tradicional e que avançasse no sentido de encontrar caminhos que garantissem mudanças significativas em seus programas, conteúdos e metodologias foram e continuam sendo muito grandes. Por isso, até hoje (1994) as mudanças conseguidas nesse sentido são ainda inexpressivas.

Acredita-se que essas dificuldades dizem respeito a vários fatores como: as condições de vida e de trabalho a que estão submetidos os professores que lidam com o ensino de 1º e 2º graus, as deficiências advindas da formação da maioria dos professores de História, as diretrizes político-educacionais, as concepções filosóficas de educação presentes em uma determinada época histórica e as tendências historiográficas mais presentes no contexto histórico no qual se dá o ensino de História de 1º e 2º graus.

O conjunto desses fatores determinou as concepções de mundo veiculadas no ensino de História do Curso Ginásial, hoje, 5ª a 8ª séries do 1º grau, em Minas Gerais, no período de 1954-1964. Elas certamente ainda interferem no ensino de História dos dias atuais, impedindo que nele ocorram mudanças mais significativas, capazes de gerar uma nova práxis pedagógica no âmbito do 1º grau.

Entende-se por concepções de mundo “as representações que os homens constroem dele para si e para a sociedade na qual encontram-se inseridos.”<sup>1</sup> Essas concepções de mundo são constituídas de conceitos de homem, de sociedade, de cultura, de produção do conhecimento cientificamente elaborado, de educação, de História, de intelectuais e seu papel na hegemonia das classes sociais e outros. Esses itens conceituais, no seu conjunto, acabam por referenciar a prática pedagógica do professor em sala de aula.

---

1. NUNES, Silma do Carmo. Concepções de mundo no ensino de História de 5ª a 8ª séries na escola estadual em Minas Gerais (1959-1979). Uberlândia, 1993, p. 29 (Dissertação de Mestrado).

Na percepção das concepções de mundo veiculadas pelos professores, na sua prática cotidiana, toma-se possível perceber as contradições e o processo dialético presentes na educação. Essas contradições e essa dialética, presentes também nas políticas e nas práticas educacionais, refletem-se no ensino de História, de modo que

“O conteúdo que é ensinado, as teorias historiográficas e as metodologias sustentadoras do ensino de História revelam quais as concepções de mundo dos professores que lidam com o referido conteúdo. Revelam, também, suas contradições, suas resistências frente às imposições que o sistema educacional tenta implementar.”<sup>2</sup>

Com base nas suas concepções de mundo e também em função delas, o professor estabelece uma determinada prática pedagógica no contexto escolar. Em determinados momentos, ele estabelece um processo de submissão às políticas que a escola lhe impõe. Em outros, ele reage, rebela-se, criando atos de desobediência a essas políticas. E é nesse processo recheado de contradições que o professor constrói, dialeticamente, práxis pedagógicas centradas em determinadas concepções de mundo.

A contextualização das relações políticas, econômicas e sócio-educacionais manifestadas no período 1954-1964, em conjunto com as demais questões que fundamentam as concepções de mundo do professor de História no período em questão, possibilitam conhecer como era o ensino de História em Minas Gerais naquela época. Permitem, ainda, perceber os seus reflexos, as suas influências no ensino de História do 1º grau na atualidade.

Essas concepções de mundo evidenciam-se tradicionais, elitistas e conservadoras. Seus fundamentos teórico-filosóficos foram buscados na Europa através do Positivismo Liberal. Elas contribuíram para que certos currículos, programas e práticas pedagógicas fossem estabelecidos de maneira bastante hegemônica no ensino de História do Curso Ginásial em Minas Gerais no período 1954-1964.

---

2. NUNES, Silma do Carmo. Op. cit., p. 34.

## DIRETRIZES POLÍTICO-EDUCAIONAIS NO PERÍODO 1954-1964

A realidade sócio-educacional e o contexto político do período em questão foram fatores determinantes na construção das concepções de mundo do professor de História do Curso Ginásial em Minas Gerais (1954-1964). Além disso, possibilitaram criar condições favoráveis para que essas concepções fossem disseminadas em todo o Estado de maneira bastante hegemônica, no sentido gramsciano da palavra.

Já no início dos anos 1950, era possível perceber que havia, por parte do governo brasileiro, a preocupação de organizar uma política educacional para o País aliada a sua política econômica. Nesse sentido, é ilustrativa a mensagem do então presidente da República, Getúlio Vargas, ao Congresso Nacional. Nela se afirmava que a maneira pela qual estavam sendo tratadas a cultura e a educação era um meio de associá-las ao desenvolvimento econômico do País.

O governo afirmava, ainda, ser necessário ajustar a educação e a cultura às peculiaridades sociais da época. Para isso, propunha-se fazer “uma revisão dos métodos e práticas até aqui adotados.”<sup>3</sup>

Já era possível identificar, na esfera do governo federal, uma preocupação com o material didático-pedagógico e com a unificação dos conteúdos a serem ministrados nas escolas dos níveis fundamental e secundário de ensino. A política “homogeneizadora” da educação refletia-se principalmente na política estabelecida para o livro didático.

Desta maneira, o governo criou, segundo o presidente Getúlio Vargas,  
a

“Campanha do Livro Didático e de Manuais de Ensino, visando, inicialmente, à elaboração de Guias ou manuais para professores que não dispõem de oportunidade para frequência a cursos de aperfeiçoamento e não tiveram uma formação profissional nas Faculdades de Filosofia.”<sup>4</sup> (sic...)

---

3. VARGAS, Getúlio. Educação e Cultura. In: Mensagem ao Congresso Nacional, Rio de Janeiro, Departamento da Imprensa Nacional, 1953, p. 241.

4. VARGAS, Getúlio. Op. cit., p. 244.

Através dessas medidas, o governo federal estabelecia o quê e como deveria ser ensinado como conteúdo no Curso Ginásial. Estes conteúdos deveriam ser iguais em todo o País. Desta forma, caberia ao professor de História, por exemplo, apenas reproduzir um determinado conhecimento já elaborado, pronto e acabado. Fazia-se, assim, não só o controle dos métodos e dos conteúdos ensinados, mas também o controle ideológico da sociedade através da educação e da cultura.

Não é por acaso que, já em 1951, o governo criava a Cooperativa Distribuidora de Material Escolar do Distrito Federal. Em 1952, ela se amplia para várias capitais do País, inclusive para Belo Horizonte (Minas Gerais). A partir de 1953, ela seria ampliada para o interior dos Estados. Em Minas Gerais, atingiria as cidades de Juiz de Fora, Uberlândia e Itajubá.

A política educacional voltada para os interesses da economia nacional, objetivando acelerar o desenvolvimento industrial do País, tem seqüência no governo de Juscelino Kubitschek. Entretanto, essa política continua defendendo uma cultura humanística, bem ao estilo da cultura tradicional européia.

A tentativa de fundir uma educação voltada para os interesses da industrialização, portanto mais técnica, com uma educação humanística, ficava evidenciada no discurso do então presidente Juscelino Kubitschek - JK. Em mensagem ao Congresso Nacional, ele afirmou ser necessário assistir a todos os tipos de escolas,

“necessárias à formação do homem (...) quer em termos de cultura humanística, quer de cultura técnica, quer, sobretudo, de cultura técnico-humanística.”<sup>5</sup>

Esse discurso presidencial pode parecer contraditório. Ao mesmo tempo que procurava enfatizar uma educação técnica, voltada para os interesses da industrialização emergente no País, enfatizava também uma educação humanística, portanto, voltada para os interesses das camadas dominantes da sociedade. A educação técnica formaria a mão-de-obra necessária ao país, à industrialização. A cultura e a educação humanística serviriam para levar os

---

5. OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. Ação do Estado no setor da Educação e Cultura. In: Mensagem ao Congresso Nacional. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1956, p. 197.

filhos das elites às faculdades, aos cursos superiores do País.

Nessa aparente contradição fica demonstrado, ainda, o claro objetivo da política educacional nos anos 1950. Ela procurava manter duas tendências educacionais no País de modo a separar a educação destinada às elites da educação destinada às camadas populares, aos trabalhadores. Mesmo quando o governo falava em uma educação técnico-humanística, o que se pretendia era que, mesmo na educação voltada para as camadas populares, as concepções de mundo nelas veiculadas deveriam estar voltadas para garantir os interesses das camadas dominantes da sociedade.

Assim, a concepção humanista de educação presente na política educacional brasileira visava tão somente divulgar crenças e valores morais capazes de “educar” os jovens, os adolescentes, para se tomarem submissos, não questionadores da realidade social e da ordem vigente naquele momento. Educar com a finalidade de auxiliar no “ajustamento da juventude às exigências da produtividade e de bem-estar social.”<sup>6</sup> Era esse o discurso que traspassava a política educacional brasileira no período em questão. E Minas Gerais, através da Secretaria de Estado da Educação, oficializava-o em suas escolas de nível fundamental e médio.

No período que se estende de 1954 a 1961, praticamente não houve mudanças na organização escolar brasileira. O governo do presidente Juscelino Kubitschek transcorreu dentro de um clima de ampla discussão sobre o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Apesar da acirrada discussão em torno deste projeto, a LDB, só será aprovada em 1961. Deste modo, a educação, os currículos e os programas de ensino permaneceram inalterados na década de 1950.

A partir de 1961, com a aprovação da Lei 4024/61 de 20/12/1961, houve reestruturação do ensino brasileiro em três níveis: primário, médio e superior. Isto permaneceu até 1964, estendendo-se ainda até 1971, quando foi feita a reforma de ensino de 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> graus no Brasil.

A LDB de 1961 representou os interesses políticos, econômicos e sociais das elites conservadoras nacionais. Nas negociações pela sua

---

6. OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. Op. cit., p. 205.

aprovação, estava clara a estratégia do liberalismo que buscava, através do pacto dessas elites, preservar os interesses dos grupos privilegiados da sociedade brasileira.

A LDB de 1961 permitia a diversificação dos currículos a nível nacional, de acordo com cada nível e ramo de ensino. Mas, na prática, os modelos de currículos permaneceram os mesmos em todo o Brasil. Quase nada se mudou em termos de currículos e conteúdos.

“Não seria por acaso que os programas de ensino permaneceriam os mesmos e os professores reproduzindo tudo que até então havia se estabelecido como hegemônico na educação e no ensino em seus diversos aspectos.”<sup>7</sup>

Assim, no período de 1954 a 1964, em Minas Gerais, o ensino de História no Curso Ginásial permaneceu preso nas malhas de todo esse quadro político. Seus programas e currículos permaneceram praticamente intocáveis. Neles se reproduziam as concepções de mundo elitistas, conservadoras e de tendência liberal burguesa, como será visto posteriormente neste trabalho.

## **A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E AS CONCEPÇÕES DE ENSINO DE HISTÓRIA: 1954-1964**

Os currículos escolares no Brasil e, conseqüentemente, no Estado de Minas Gerais, no período que antecedeu a aprovação da LDB de 1961, eram regidos pelas Leis Orgânicas do Ensino, decretadas no período de 1942 a 1946 pela chamada Reforma Capanema. De acordo com o Decreto 4.224, de 09 de abril de 1942 - Lei Orgânica do Ensino Secundário que legislou sobre o ensino médio, o Curso Ginásial passou a ser ministrado em quatro anos (antes era ministrado em cinco anos).

Os princípios contidos nos programas e currículos do Curso Ginásial e também do Curso Colegial (2º grau), continuaram sendo os mesmos. Procuravam manter a histórica tradição de atender aos interesses das camadas dominantes da sociedade brasileira.

---

7. NUNES, Silma do Carmo. Op. cit., p. 104.

Pesquisas recentes sobre a estrutura curricular dos anos em questão revelam que, através do currículo do Curso Ginásial e do ensino de História das escolas estaduais em Minas Gerais, buscava-se

"desenvolver no aluno o patriotismo, a disciplina, a ordem, a compreensão da necessidade de dar continuidade ao processo histórico que vigorava na sociedade brasileira."<sup>8</sup>

Nesses currículos e no ensino de História que a eles se adequavam estavam presentes concepções de homem, de sociedade, de educação e de mundo que eram introjetadas pelo professor de História do Curso Ginásial da escola estadual mineira. Assim, o professor difundia essas concepções de mundo no seu trabalho cotidiano ao adotar o currículo imposto pela Reforma Capanema e ao reproduzi-lo continuamente nas escolas de Minas Gerais.

Pesquisa realizada em documentação de escola oficial do estado de Minas Gerais revela o currículo adotado nas quatro séries do Curso Ginásial, de acordo com o quadro que se segue.

#### **CURRÍCULO DO CURSO GINÁSIAL - MINAS GERAIS: 1959-1961<sup>9</sup>**

<b>1ª SÉRIE</b>	<b>2ª SÉRIE</b>	<b>3ª SÉRIE</b>	<b>4ª SÉRIE</b>
Português Latim Francês Matemática <b>Hist. do Brasil</b> Geografia Trab. Manuais Desenho Canto Orf -	Português Latim Francês Inglês Matemática <b>Hist. da América</b> Geografia Trab. Manuais Desenho Canto Orf.	Português Latim Francês Inglês Matemática Ciências <b>Hist. Geral</b> Geografia Desenho Canto Orf.	Português Latim Francês Matemática Ciências <b>Hist. Geral</b> <b>H. do Brasil</b> Geografia Desenho Canto Orf.

FONTE: Livros de Atas de Resultados Finais dos Alunos do Curso Ginásial de Escola Pública Estadual - 1959/1961, 26ª DRE, Uberlândia - MG.

8. NUNES, Silma do Carmo. Op. cit., p. 119.

9. NUNES, Silma do Carmo. Op. cit., p. 121.

O quadro acima evidencia o currículo estabelecido pela Portaria nº 1.045, de 14 de dezembro de 1951, expedida pelo Ministério da Educação e Cultura. O currículo de Minas Gerais para o Curso Ginásial, de acordo com esta Portaria, enfatiza uma concepção elitista conservadora de educação. Essa concepção é centrada no humanismo tradicional de educação.

A ênfase dada para o Latim e Línguas Estrangeiras, assim como para as disciplinas contidas no modelo clássico de educação denotam esta concepção que era transmitida em Minas Gerais no Período em questão. Desta forma, conclui-se que as diretrizes político-educacionais em vigor no referido Estado procuraram reforçar a possibilidade de uma educação cujas concepções estiveram mais de acordo com os interesses das camadas dominantes da sociedade.

É possível perceber que, mesmo quando o Estado fez alusão ao atendimento dos interesses da classe trabalhadora, mencionando a necessidade de investir em um ensino de caráter mais profissionalizante, na prática isso quase não ocorreu. Os currículos da época, conforme modelo aqui apresentado, denotam claramente a opção contrária, ou seja, a defesa de uma educação destinada mais aos interesses daqueles que possivelmente buscariam os caminhos dos cursos superiores, o que era pouco provável para os filhos dos trabalhadores.

Os professores de História, por sua vez, limitavam-se a seguir os currículos em vigor. Em nenhum momento encontramos sinais de lutas por mudanças curriculares naquela época que partissem daqueles professores ou do conjunto dos docentes que atuavam no ensino mineiro do período 1954-1964.

A opção por História do Brasil, América e História Geral denota uma concepção tradicional e compartimentalizada de História. Assim, a História do Brasil, por exemplo, será vista em separado de um contexto mais global, como se ela fosse algo isolado do resto do mundo. É como se o Brasil existisse e se reduzisse a ele próprio, desvinculado do resto do mundo. É como se a sua História nada tivesse a ver com a História de outros países do continente ou do mundo como um todo.

## CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO E DE HISTÓRIA NO CURSO GINASIAL EM MINAS GERAIS: 1954-1964

Os professores de História que atuavam no Curso Ginásial em Minas Gerais, no período 1954/1964, possuíam uma concepção de educação "liberal tradicional conservadora."<sup>10</sup> É uma concepção liberal porque

"faz apologia ao sistema capitalista. Defende a sociedade de classes, a liberdade e os interesses individuais, a propriedade privada dos meios de produção. É uma concepção tradicional de educação porque defende um ensino humanístico, baseado em uma cultura geral, predominando o 'cultivo' intelectual do aluno. Nela os problemas são vistos como da própria sociedade e a escola, o aluno, o professor nada têm a ver com eles."<sup>11</sup>

De acordo com essa concepção educacional e também de ensino de História, o conhecimento é repassado para o aluno como "verdade" absoluta. Os valores sociais são considerados como acúmulo de tradições e estes devem ser cultivados e seguidos por todos, sem contestação e sem questionamentos.

A metodologia de ensino fundamenta-se na exposição verbal dos conteúdos e é dada grande ênfase à memorização. Os exercícios colocados para o aluno levam à repetição mecânica daquilo que já foi dado e considerado como certo. Eles não estimulam a criatividade, mas a reprodução pura e simples do conhecimento.

Predominam, nessa concepção de educação e de ensino de História, o intelectualismo e o enciclopedismo. Os programas e os conteúdos são colocados como coisas desvinculadas da realidade do aluno e da sociedade historicamente construída pelos homens em suas relações sociais.

O material didático-pedagógico da época em estudo, representado especialmente pelo livro didático, ilustra muito bem essa concepção liberal tradicional conservadora de educação e de ensino de História vigentes no Curso

10. Concepção liberal tradicional conservadora é vista aqui no sentido apresentado por LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo, Loyola, 1985, 149 p.

11. NUNES, Silma do Carmo. Op. cit., p. 124.

Ginásial das escolas do Estado de Minas Gerais. No caso dos livros didáticos de História<sup>12</sup> adotados nas quatro séries do Curso Ginásial (1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries), percebe-se concepções de homem, de sociedade, de política, de educação e de História as quais o professor de História divulga em sua práxis pedagógica.

A concepção de homem e de sociedade veiculada nesses livros didáticos é liberal-burguesa. Assim, ela contribui para a homogeneização cultural que a classe dominante brasileira faz questão de preservar.

Percebe-se que não existe naquele material didático, largamente usado em sala de aula, qualquer relação da produção e construção do conhecimento com a construção do processo histórico voltado para a realidade social vivenciada por alunos e professores. Além disso, não mostra ao aluno as possibilidades que a sua condição de homem, de ser social engajado em um processo social, lhe oferece para buscar mudanças que sejam do interesse do grupo, das comunidades com as quais ele convive.

Nesta perspectiva, o ensino de História do Curso Ginásial em Minas Gerais, no período 1954-1964, não considera a historicidade do homem na construção da História, no âmbito das relações sociais. Além disso, conduz a uma concepção de sociedade e de escola incapaz de educar, de formar cidadãos críticos, reflexivos. Os alunos são considerados como seres passivos e contemplativos da realidade social que se vive e nunca se questiona ou analisa criticamente.

Outra característica dos livros didáticos de História em questão é a presença de uma concepção político-ideológica de defesa do sistema capitalista. "Este é visto como o único sistema democrático que garante os ideais de justiça, liberdade e paz."<sup>13</sup>

---

12. Os livros didáticos de História adotados no Curso Ginásial e também no Ensino Médio de Minas Gerais, nas décadas de 1950 e 1960, foram basicamente de dois autores: Antônio José Borges Hermida e Joaquim Silva. Esses autores produziram livros tanto de História do Brasil e da América como de História Geral e/ou História Universal, de acordo com o que se ensinava em cada uma das séries dos referidos cursos.

13. NUNES, Silma do Carmo. op. cit., p. 128.

O texto contido no livro de SILVA<sup>14</sup> aborda bem essa concepção político-pedagógica:

“Alguns anos decorreram desde a derrocada das nações do EIXO, e ainda o mundo não recuperou plenamente a tranqüilidade almejada: novos perigos ameaçam com o choque da ideologia comunista, na Rússia, na China e nalguns países vizinhos dos soviéticos (...), contra o regime democrático das outras nações da terra.”

(Grifos nossos)<sup>15</sup>

A ideologia anticomunista, que colocava o comunismo como o fantasma político ameaçador do século para as elites nacionais e para o capitalismo internacional, era apenas um exemplo do conteúdo liberal tradicional e conservador que traspassava o livro didático de História. O professor, por sua vez, difundia essa ideologia, consciente ou não, mas sem questioná-la.

Desta forma, essas concepções tornaram-se, na linguagem gramsciana, senso comum entre os professores de História (e certamente de outras disciplinas escolares). Elas transformaram-se nas concepções de mundo veiculadas no ensino de História do período aqui enfocado.

Mas o senso comum, depois de tornar-se organizado e sistematizado pela sociedade, isto é, transformar-se em concepções de mundo, pode servir ou não como instrumento de alienação. Pode, inclusive, servir de instrumento para provocar mudanças no processo social.

E é exatamente com base nessa construção dialética do processo histórico que mais tarde, na década de 1970, assistiremos à luta e à resistência dos professores de História de Minas Gerais. Mesmo postando-se sobre concepções liberais tradicionais de mundo e de História, eles foram capazes de lutar e impedir que os “Estudos Sociais” se tornassem um projeto vitorioso no ensino de 5ª a 8ª séries em Minas Gerais.

---

14. SILVA, Joaquim. História Geral para a 4ª série Ginasial. 34ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959, p. 274.

15. NUNES, Silma do Carmo. op. cit., p. 129.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As concepções de mundo veiculadas no ensino de História em Minas Gerais, no período 1954-1964, caracterizaram-se por serem conservadoras e tradicionais. Isso porque elas referenciaram-se em teorias e métodos de História e de educação que também eram bastante conservadores. O eixo de sustentação dessas concepções gravitava em torno do liberalismo burguês e dos conceitos sócio-políticos e educacionais defendidos pela sociedade capitalista.

As concepções de mundo do professor de História de Minas Gerais, naquele período, foram construídas dentro do contexto político, econômico, cultural e sócio-educacional que também era bastante conservador. Foi um contexto criado pelas elites brasileiras visando defender os seus interesses de classe, em que se buscava excluir ao máximo a participação das classes populares nesse mesmo contexto. Em Minas Gerais isso não era diferente. Aliás, Minas sempre fez questão de aparecer no cenário nacional como um Estado tradicional em seus costumes, na sua política.

Esse tradicionalismo mineiro expressou o desejo de suas camadas sociais dominantes que queriam manter intocados os seus próprios privilégios. Para tanto, buscavam divulgar através da sua educação e da sua cultura, elementos que reforçassem concepções de mundo tradicionais e conservadoras.

A História ensinada no Curso Ginásial de Minas Gerais, no período em questão, era recheada por concepções de mundo que também possuíam essas mesmas características presentes na sociedade, na cultura e nas tradições mineiras. Elas eram expressas nos currículos, nos programas de ensino e no material didático que vigoravam na época. Tudo isso estava vinculado a um contexto político-educacional que ajudava a cristalizar e divulgar aquelas concepções de mundo.

Tais concepções, presentes no ensino de História da década 1954-1964, influenciaram também o ensino de História das décadas posteriores. Influenciaram até mesmo este ensino nos dias de hoje. Esta influência é, com certeza, um dos fatores que impedem maiores avanços no processo de mudanças em relação ao ensino de História em Minas Gerais.

Mesmo quando os professores buscam mudanças nas metodologias

de ensino ou quando eles procuram conhecer e trabalhar com diferentes concepções teóricas de História, tentando fugir da concepção positivista, nem sempre isso é possível. Existe uma certa herança cultural, impregnada de concepções conservadoras e tradicionais, que parece dificultar mudanças mais rápidas no ensino de História, criando uma espécie de resistência nesse sentido.

Apesar disso, é possível perceber também uma dialética em tudo. Mesmo diante das concepções de mundo conservadoras, tradicionais e, por vezes, reacionárias, que traspassavam o ensino de História em Minas Gerais, é possível, em alguns momentos, perceber a luta por mudanças tentando-se um ensino mais progressista, mais de acordo com os interesses de todas as camadas sociais

Aquelas concepções que parecem hegemônicas nas décadas de 1950 e 1960 nem sempre foram tão hegemônicas assim. Por isso, houve resistência à implantação dos "Estudos Sociais" na década de 1970. Hoje existem tentativas de mudanças, ainda que nem sempre bem articuladas entre o conjunto dos professores de Minas Gerais, mas que caminham para a construção de novas concepções de ensino, de educação e de História.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo, Loyola, 1985, 149 p.**